

**APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS DE SOROCABA**

**RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

E

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE

31 DE DEZEMBRO DE 2015

RA - 033 / 2016



ACR - RA 033/2016

Sorocaba (SP), 31 de Outubro de 2016.

Ilmo Sr.
Presidente da
APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA
Sorocaba / SP

Att. Sr. Gerson Machulis Junior

Objetiva á presente encaminhar a Vossa Senhoria o incluso relatório circunstanciado de auditoria relativo ao balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015. Este relatório contém, dentre outros, algumas recomendações destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de procedimentos contábeis e operacionais. Os trabalhos de auditoria foram realizados de acordo com as Normas de Auditoria das Demonstrações Contábeis aprovadas pela Resolução CFC nº 1.203/09 e, subsidiariamente de acordo com os dispositivos da NBC - P 1 - Normas Profissionais de Auditor Independente, aprovados pela Resolução CFC nº 821/97.

De se ressaltar, que durante os trabalhos, os assuntos aqui abordados foram discutidos pessoalmente com os responsáveis pelas áreas financeira e contábil interna dessa Entidade.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a confiança depositada em nossos trabalhos, bem como a atenção dispensada pelos administradores e colaboradores no decurso dos trabalhos.

Este relatório circunstanciado contém 42 (quarenta e duas) folhas.

Dispondo-nos a adicionais esclarecimentos, firmamo-nos,

Atenciosamente,


ANTONIO CARLOS RUBINATO
Contador-CRCISPI11745/O-5

Prça Frei Barão, 82 • Centro • Sorocaba • SP • 18035-170

Fone (15) 3233.6945 Fax(15) 3233.5527

E-mail: auditorindependente@hotmail.com

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA,
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS CONTROLES INTERNOS, E
VALIDAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS**

ENTIDADE: APAE SOROCABA

PERÍODO AUDITADO: 01/01/2015 A 31/12/2015

ESCOPO DOS TRABALHOS

Nosso trabalho teve como escopo a avaliação dos procedimentos contábeis, dos controles internos e do cumprimento das normas legais e regulamentares estabelecidas.

METODOLOGIA APLICADA

Os trabalhos foram desenvolvidos à base de aplicação de testes seletivos, portanto, por amostragem.

Os principais procedimentos aplicados constituem basicamente em:

- a-) Análise das conciliações bancárias em relação aos registros contábeis
- b-) Revisão de cálculos;
- c-) Verificação dos documentos comprobatórios das despesas;
- d-) Análise dos pagamentos efetuados em datas subsequentes em relação às obrigações em aberto no balanço de 31/12/2015;
- e-) Outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Considerando que o nosso trabalho é desenvolvido em base de testes seletivos, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre os procedimentos praticados pela entidade, consequentemente, este relatório não abrangeu todos os fatos, que possivelmente seriam detectados através de uma análise executada com maior abrangência.

APAE SOROCABA

NOTAS, COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS TRABALHOS EFETUADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. ATIVO CIRCULANTE

O Ativo circulante apresenta sua composição da seguinte forma:

RUBRICAS	SALDOS EM 31/12/2015	SALDOS EM 31/12/2014
Disponível	508.683,66	518.101,80
Outros Créditos	23.771,36	24.148,42
TOTAL	532.455,02	542.250,22

1.1 DISPONIBILIDADES

A composição das disponibilidades é a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Caixa Fundo Fixo	0,00
Bancos conta Movimento	85.944,82
Aplicações Financeiras	<u>422.738,84</u>
TOTAL	508.683,66

Procedimentos aplicados:

a-) Examinamos o saldo do caixa apresentado para a data do balanço, mediante confrontação com registros subsidiários;

b-) Por critério de amostragem examinamos documentos de despesas consignados na movimentação financeira do caixa;

c-) Discutimos com a administração da entidade sobre aspectos de controle e procedimentos inerentes a área de caixa;

d-) Para as contas mantidas em estabelecimentos bancários, aplicamos procedimentos de rotina, mediante exame dos extratos bancários, conciliações bancárias e testes de transferências entre contas correntes.

Comentários dos auditores:

(i) Analisamos os registros na rubrica "Caixa" onde selecionamos lançamentos, e confrontamos com a documentação comprobatória, a fim de verificar a adequação contábil e fiscal, e constatamos a sua adequação;

(ii) Nos procedimentos alternativos, aplicados sobre os saldos mantidos em estabelecimentos bancários, e que foram desenvolvidos com base nos extratos apresentados pela administração da empresa, não resultou nenhuma situação merecedora de destaque.

(iii) Sob um enfoque fiscal, especial atenção foi dada aos seguintes aspectos:

- Real existência do saldo de caixa, mesmo registrada em rubrica adversa;
- Qualidade dos documentos que compõem os movimentos de caixa; e
- Utilização de mecanismos apropriados para fins de transferência de valores entre contas de titularidade da instituição.

O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais.

1.2. OUTROS CRÉDITOS

O Realizável está representado e composto da seguinte forma em 31 de dezembro de 2015:

CONTAS	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a Funcionários (Férias/Rescisão)	21.737,79	24.148,42
Despesas Antecipadas	2.033,57	0,00
TOTAL	23.771,36	24.148,42

1.2.1 – ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES SALARIAIS

A composição da rubrica de adiantamentos salariais era a seguinte para a data do balanço:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Adiantamento de Salário	33,00
Adiantamentos de Férias	19.192,95
Adiantamento de Rescisão	2.151,84
Outros Adiantamentos	360,00
TOTAL	21.737,79

Procedimentos aplicados:

- a-) Obtivemos controles subsidiários com a composição das contas de adiantamentos e procedemos ao confronto com os respectivos saldos contábeis;
- b-) Testes em documentos e posições auxiliares, na profundidade julgada necessária nas circunstâncias; e
- c-) Confronto do saldo contábil com o respectivo relatório do RH.

Comentários dos auditores:

- (i) O saldo contábil registrado de adiantamento salarial (R\$ 33,00) advém do mês de setembro/2015, onde se efetivaram adiantamento no montante de R\$ 43.221,00 e procederam descontos em folha no montante de R\$ 43.188,00. A diferença apurada está no projeto "Educação".
- (ii) A rubrica de adiantamento de férias trás no seu saldo o valor de R\$ 38,14 que é advindo do mês de setembro e que a não se justifica, devendo, portanto, ser ajustado. A rubrica também registra em 28/12 adiantamento de férias "projeto saúde" no valor de R\$ 3.041,59, e no entanto, a movimentação financeira no Bradesco foi de R\$ 3.401,59 (diferença de R\$ 360,00) a menor na contabilidade.
- (iii) O adiantamento de rescisão efetuado em 18/12/2016, refere-se a ex-funcionária Alice Gonçalves Ferreira.
- (iv) Em outros adiantamentos a importância de R\$ 360,00 foi repassada, em 28/12/15, a funcionária Ana Cláudia Garrido Correa, e refere-se ao comentário feito no item (ii).

1.2.4 - DESPESAS ANTECIPADAS

A composição da rubrica era a seguinte para a data do balanço:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Prêmios de Seguros	2.033,57
TOTAL	2.033,57

Procedimentos aplicados:

- a-) Obtivemos controles subsidiários com a composição das contas das despesas pagas no exercício e procedemos ao confronto com os respectivos saldos contábeis;



Comentários dos auditores:

(i) Constatamos que em 22/10/15, a entidade contratou com a Mapfre Seguros, seguro sobre seus veículos imobilizados, cujo custo do prêmio foi de R\$ 2.711,42, e a vigência da apólice indo de 22/10/2015 à 21/10/2016. A entidade vem apropriando 1/12 avos do prêmio pago, tendo amortizado no período o montante de R\$ 677,85.

2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo não circulante apresenta sua composição da seguinte forma:

2.1 – IMOBILIZADO DE USO

A composição do grupo de bens imobilizados tangíveis e intangíveis estava composta da seguinte forma para a data do balanço.

Especificações	Valores em R\$		
	Custo Corrigido	Deprec. Acumulada	Valor Residual
Benfeitorias	1.800,00	(0,00)	1.800,00
Equip. e Máquinas	162.812,27	(10.237,35)	152.574,92
Móveis e Utensílios	32.083,41	(921,32)	31.162,09
Computadores e Periféricos	3.588,42	(89,70)	3.498,72
Veículos	93.000,00	(24.670,42)	68.329,58
Outras Imobilizações	402.029,55	(0,00)	402.029,55
Totais	695.313,65	(35.918,79)	659.394,86

Procedimentos aplicados:

- a-) Obtivemos o razão contábil dos bens imobilizados e procedemos ao seu confronto com os saldos contábeis apresentados;
- b-) Analisamos as taxas utilizadas no cálculo da depreciação dos bens tangíveis;
- c-) Procedemos a testes no cálculo da depreciação para assegurarmos de sua razoabilidade;
- d-) Procedemos a exames, por critério de amostragem, de adições e baixas do ativo imobilizado, em conexão com as contas de despesas que possuíam possíveis correlações.

Comentários dos auditores:

(i) Não obtivemos os controles analíticos dos bens patrimonizados, e portanto, não pudemos estabelecer o seu confronto com os saldos apresentados pela contabilidade.

(ii) As taxas de depreciação, ora em uso, são consagradas pela jurisprudência fiscal, no entanto, não foram aplicadas sobre todos os bens relacionados, ou seja, a rubrica "OUTRAS IMOBILIZAÇÕES" não teve registro de depreciações aplicadas. Também não pudemos identificar que imobilizações estão contidas nessa rubrica.

(iii) Os valores depreciados da rubrica veículos no período de 01/2015 a 06/2015 e de 08/2015 a 09/2015 o mês 07/2015 não sofreu depreciação), foram calculados em R\$ 1.937,46 ao mês, quando o correto seria de R\$ 1.550,00. Os meses de 10/2015 a 12/2015, tiveram os valores lançados corretamente.

(iii) Somos de opinião de que a entidade promova um levantamento físico completo de todos os bens móveis ativados, bem como do patrimônio mobiliário, segregando valores de terrenos e construções, conforme previsto na Lei 11.638/2007, e na NPC 24.

4 – PASSIVO CIRCULANTE E EXIGIVEL EM LONGO PRAZO

4.1 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição da rubrica em 31/12/2015 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
INSS a recolher	22.926,25
FGTS a recolher	13.913,58
IRRF a recolher	1.942,96
PIS Fopag a recolher	1.721,54
Contribuição Sindical	36,00
IRRF – Código 1708	478,94
PIS/COFINS/CSSL – Código 5952	<u>659,19</u>
TOTAL	41.678,46

Procedimentos aplicados:

a-) Para os encargos incidentes sobre a folha de salários, procedemos a verificação das bases relativas ao mês de Dez/2015, utilizando-nos do resumo da folha de pagamento do período fornecido pela instituição;

b-) No tocante ao INSS, FGTS, PIS FOLHA, IRRF e PIS/COFINS/CSSL (retidos), verificamos todas as guias de recolhimento relativas ao exercício de 2015, atentando para a devida autenticação dos documentos;

c-) Examinamos os DARF's de recolhimento de forma a assegurar a adequada utilização dos códigos de receita;

d-) Examinamos pagamentos efetuados por conta de serviços de terceiros, pessoas jurídicas e físicas, visando assegurar o adequado pagamento e a retenção das obrigações fiscais pertinentes,

e-) Para os demais casos examinamos a liquidação subsequente dos saldos.

Comentários da Auditoria:

(i) Do exame nas bases de cálculo dos impostos e contribuições em referência não resultou nenhuma situação merecedora de atenção;

(ii) Do exame das guias de recolhimentos quitadas durante o período analisado, não resultou nenhuma situação merecedora de atenção;

4.2 – CONTAS Á PAGAR

A composição da rubrica em 31/12/2015 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Fornecedores	3.198,26
TOTAL	3.198,26

Procedimentos Aplicados:

(a) Examinamos as notas fiscais que se referem a despesas diversas pelo fornecimento de bens e serviços, provisionadas para pagamento após o encerramento do exercício vigente.

Comentários dos auditores:

(i) O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais.

4.3 – DESPESAS DE PESSOAL - PROVISÕES

A composição da rubrica em 31/12/2015 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Provisão de Férias a Pagar	144.629,65
Provisão do FGTS s/ Férias	11.570,02
TOTAL	156.199,67

Procedimentos Aplicados:

- (a) Examinamos as folhas de pagamentos do período de 01/2015 à 12/2015 de forma a assegurar a sua devida escrituração;
- (b) Testamos os cálculos concernentes à provisão e sua movimentação até 31/12/2015.

Comentários dos auditores:

- (i) Confrontamos os valores contabilizados, com a planilha fornecida pelo RH, e constatamos uma divergência de R\$ 1.446,31 na Provisão de Férias. Essa divergência de valor, se dá por conta de que a planilha do RH apresenta a Provisão do Pis e a contabilidade não. Já a provisão dos encargos do FGTS está correta.

4.4 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

A composição da rubrica em 31/12/2015 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Empréstimos à Pagar	2.000,00
TOTAL	2.000,00

Procedimentos Aplicados:

- (a) Consta que no exercício de 2010, a Entidade obteve empréstimo junto a Associação Benjamim Constant, no valor de R\$ 72.000,00, conforme contrato estabelecido entre as partes. Nesse contrato, o saldo devedor será pago em 72 (setenta e duas) parcelas de R\$ 1.000,00, vencendo-se a primeira em 31/03/2015. No exercício de 2015, foram quitadas 10 (dez) parcelas. O saldo aqui registrado refere-se as parcelas 9 e 10e que foram quitadas em 2016.

Comentários dos auditores:

- (i) O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais.

5 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

A composição da rubrica em 31/12/2015 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Empréstimos e Financiamentos à Pagar	60.000,00
TOTAL	60.000,00

Procedimentos aplicados:

(a) Conforme descrito no item 4.4, no exercício de 2010, a Entidade obteve empréstimo junto a Associação Benjamim Constant, no valor de R\$ 72.000,00, a ser pago em 72 (setenta e duas) parcelas de R\$ 1.000,00, vencendo-se a primeira em 31/03/2015. O saldo aqui registrado corresponde a 60 parcelas a vencer de numeradas 11 a 60.

Comentários dos auditores:

(i) O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais.

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

A composição do Patrimônio Social era a seguinte para a data base de 31/dez/2015.

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Patrimônio Social acumulado	1.060.144,61
Ajustes de Exercícios Anteriores	48.259,42
Déficit do Exercício	<u>(179.630,54)</u>
TOTAL	928.773,49

Procedimentos aplicados:

a-) Examinamos as contas e sua adequação com a legislação vigente;

b-) Obtivemos e examinamos o estatuto social da entidade, no tocante aos aspectos que tocam a escrituração contábil da sociedade;

Comentários dos auditores:

(i) O Patrimônio Social encontra-se em conformidade com as disposições constantes no estatuto social vigente em 31/dez/2015.

7 – RESULTADO DO PERÍODO

7.1 – RECEITAS DA ATIVIDADE

No exame das receitas operacionais, verificamos que aproximadamente 49% referem-se aos repasses de subvenções do poder público; 31% de doações; 14% de rendas com eventos, receitas financeiras e outras receitas, e o restante representando 6% de outras receitas operacionais, conforme preconiza o Capítulo V, artigo 55º de seu Estatuto Social.

A composição da receita por origem é a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
<u>Receitas de Serviços – Área Social / Baixa Complexidade</u>	
Subvenção Estadual para Custeio	42.873,60
Subvenção Federal para Custeio	<u>21.099,36</u>
	63.972,96
<u>Receitas de Serviços – Área Social / Média Complexidade</u>	
Subvenção Municipal para Custeio	627.000,00
Doações de Pessoas Físicas e ou Jurídicas para Custeio	<u>849.658,05</u>
	1.476.658,05
<u>Receitas de Serviços – Área da Educação</u>	
Subvenção Estadual para Custeio	<u>630.000,00</u>
	630.000,00
<u>Receitas das Atividades Sustentáveis</u>	
Receitas Financeiras	53.137,51
Receitas do Créditos Tributários	59.755,94
Receitas de Eventos	185.013,83
Outras Receitas	<u>87.074,31</u>
	384.981,59
<u>Outras Receitas Operacionais</u>	
Despesas Recuperadas	36.700,61
Isenções Usufruídas	<u>146.797,72</u>
	183.498,33
TOTAL DAS RECEITAS DO EXERCÍCIO	<u>2.739.110,93</u>

Procedimentos aplicados:

a-) No exame das receitas verificamos os repasses do poder público, e as receitas provenientes de contribuições e doações, dos eventos realizados, das rendas de locação de imóveis, e das demais receitas.

b-) Que essas transações estão suportadas por documentação hábil, representada por ordens bancárias. O resultado dos testes aplicados na amostra selecionada evidenciou a regularidade dos registros e das transações.

Comentários da auditoria:

(i) O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais, além daquelas já citadas neste parágrafo.



7.2. - CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS - GASTOS OPERACIONAIS

Correspondem as Despesas Gerais e Administrativas, Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais, Outras Despesas Operacionais, e Apuração do Resultado, cujos registros estão suportados por documentos idôneos e revestidos de todas as formalidades legais.

Despesas Operacionais – Área Social / Média Complexidade

Despesas com Pessoal e Encargos	1.285.442,26
Despesas com o Expediente	23.453,98
Despesas com Contribuições – Pis s/ Folha	2.976,50
	<u>1.311.872,74</u>

Despesas Operacionais – Área da Educação

Despesas com Pessoal e Encargos	1.085.988,42
Serviços de Terceiros	63.086,70
Despesas com Localização e Funcionamento	60.633,34
Despesas com o Expediente	6.746,52
Gastos com Propaganda e Publicidades	2.644,45
Despesas com Comunicação	21.881,65
Despesas e Encargos Financeiros	7.034,54
Despesas com Utilização de Equipamentos	594,00
Despesas com Locomoção	47.731,62
Gastos com Seguros	19.016,50
Encargos de Depreciações e Amortizações	29.649,15
Despesas Tributárias	24.581,99
Ações Sociais Complementantes	1.534,17
Outras Despesas	25.047,87
	<u>1.396.170,92</u>

Despesas Operacionais – Área da Saúde

Despesas com Pessoal e Encargos	106.155,33
Despesas com Contribuições – Pis s/ Folha	79,37
Despesas com o Expediente	2.934,54
	<u>109.169,24</u>

Despesas com Atividades Sustentáveis

Gastos com Eventos	101.528,57
	<u>101.528,57</u>

TOTAL DAS DESPESAS DO EXERCÍCIO

2.918.741,47



Procedimentos aplicados:

a-) Analisamos por amostragem a documentação referentes as despesas incorrida no exercício de 2015, e confrontamos os documentos de suporte com os registros contábeis. Dentro da amostra selecionada constatamos que os valores estão adequadamente representados nos relatórios contábeis.

Comentários dos auditores:

(i) Constatamos que algumas despesas incorridas em 2015, e pagas em 2016, deixaram de ser registradas, adotado nesses casos pela entidade o regime de caixa, ao invés do regime de competência. A seguir demonstramos essas despesas:

DATA/EMISSION	FORNECEDOR	DOCUMENTO	VALOR	PAGA EM
27.10.15	Federação Nac. Apaes	438	6.940,00	04.01.16
18.11.15	BRTUV Avaliações S/A	28881	1.118,53	05.01.16
18.11.15	SAAE Sorocaba	Nov/2015	286,82	04.01.16
31.12.15	SAAE Sorocaba	Dez/2015	178,61	02.02.16
09.12.15	Comercial J1 Serviços Ltda	1369	165,00	05.01.16
09.12.15	Mega Sinal Ltda	11123	86,00	04.01.16
16.12.15	CPFL Energia	Dez/2015	1.483,25	05.01.16
16.12.15	CPFL Energia	Dez/2015	530,77	25.01.16
31.12.15	Worksys Inform. Ltda	1683	750,00	05.01.16
31.12.15	Worksys Inform. Ltda	1684	58,00	04.01.16
TOTAL			11.596,98	

8 – OUTROS COMENTÁRIOS

8.1 – Contribuições Sociais Usufruidas

No exercício de 2015, e em conformidade com o artigo 29, da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, a entidade fez jus à isenção do pagamento das contribuições, conforme tratamento dado pelos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212 de 24 de Julho de 1991.

8.2 - Recursos humanos

Os testes aplicados nesta área se limitaram ao exame dos procedimentos relacionados com a movimentação de pessoal (admissão e demissão), cálculo da folha de pagamento, férias, rescisão contratual e encargos sociais (INSS, FGTS e PIS). Analisamos também as obrigações acessórias (RAIS e CAGED). Os resultados dos exames aplicados na amostra selecionada foram satisfatórios.

8.3 - Demonstrações contábeis

Examinamos o Balanço Patrimonial consolidado, a Demonstração do Suprávit ou Déficit do Exercício consolidado, a Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, o Demonstrativo do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas às demonstrações contábeis, elaboradas no exercício de 2015 comparativas às do exercício de 2014. Nos nossos exames verificamos que referidas demonstrações encontram-se em conformidade com a formatação exigida pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e com os registros contábeis de encerramento do exercício.

8.4 – Livros Diários

Encontramos emissão, e registro para os Livros Diários dos últimos 5 (cinco) anos.

8.5 – Livros Razões Contábeis

Encontramos emissão e encadernação para os Livros Razões Contábeis.

8.6 – Outros Documentos

Examinamos nesta oportunidade os documentos que seguem relacionados correspondendo às obrigações acessórias. São elas:

- Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica apresentada até o exercício 2014, ano base 2013;
- A ECF do exercício 2015, ano base 2014 segundo nos foi informado, foi devidamente apresentada, porém não obtivemos cópia do recibo de entrega.
- A ECF do exercício 2016, ano base 2015 foi devidamente apresentada, conforme recibo de entrega emitido em 08/07/2016;
- A Declaração de Débitos e Créditos Tributáveis Federais – DCTF (**obrigatoriedade conforme Instrução Normativa RF nº 1.478/2014**), vem sendo apresentada dentro dos prazos regulamentares, sendo que a de Dezembro/2015, foi apresentada em 15/02/2016 (recibo 13.03.63.33.57-55).
- Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, referente ao exercício 2016, ano base 2015 foi apresentada a Secretaria da Fazenda, em 17/03/2016;
- Estatuto Social, datado de 10/12/2015 registrado no 1º Oficial de Registro de Pessoa Jurídica de Sorocaba, sob. nº 80.989 de 17/12/2015.



OPINIÃO CONCLUSIVA

Atendendo ao que determina a Lei nº 11.638/2007, e Lei nº 6.404/1976, relativamente aos registros e controles contábeis e administrativos praticados, no curso deste exercício de 2015 pela entidade "APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA" na execução dos seus serviços vinculados às atividades que lhe são próprias, **CONCLUÍMOS**, que esses controles exercidos são considerados eficientes, de conformidade com os comentários e recomendações efetuados neste relatório circunstanciado, para atendimento aos dispositivos das Leis citadas.

Ao darmos por encerrado os trabalhos de auditoria correspondentes ao exercício de 2015, nos colocamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente,



ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035



Antonio Carlos Rubinato
Contador - CRCISP111745/O-5



Jéssica Christina Moreno Gregório Rubinato
Contadora - CRCISP297849/O-9

**APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
DE SOROCABA**

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

**RELATÓRIO CONTÁBIL DE AUDITORIA
DATA BASE – 31/DEZEMBRO/2015**

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Tabela de Índices Econômicos e Financeiros

Praça Frei Barão, 82 • Centro • Sorocaba • SP • 18035-170

Fone (15) 3233.6945 Fax(15) 3233.5527

E-mail: auditorindependente@hotmail.com

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ACR – RA/SP 033/2016

Ao Sr. Presidente da
APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA
CNPJ nº 71.869.358/0001-01
SOROCABA / SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

✓ **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da **"APAE SOROCABA"** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

✓ **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **"APAE SOROCABA"** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do **"APAE SOROCABA"**. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar minha opinião.

✓ **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

✓ **Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior**

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, incluídas para fins comparativos, não foram por objeto de análise de auditoria de nossa parte, e nem por outros auditores independentes.

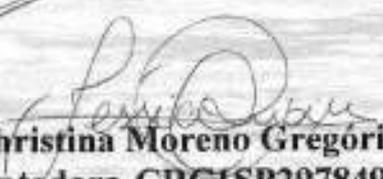
Sorocaba (SP), 31 de Outubro de 2016.



ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035



Antonio Carlos Rubinato
Contador - CRC1SP111745/O-5



Jéssica Christina Moreno Gregório Rubinato
Contadora-CRC1SP297849/O-9

APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais-R\$)

ATIVO

	<u>NOTA</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3a	508.684	518.102
Adiantamento a funcionários	3c	21.737	-
Outros créditos	3c	-	24.148
Despesas antecipadas		2.034	-
		<u>532.455</u>	<u>542.250</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7		
Operacional		695.314	692.414
(-) Depreciação acumulada		(35.919)	(6.300)
		<u>659.395</u>	<u>686.114</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.191.850</u>	<u>1.228.364</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais-R\$)

PASSIVO

	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Fornecedores	3e	3.198	2.240
Empréstimos de curto prazo	3e	2.000	72.000
Salários a pagar	3e	-	59.046
Encargos sociais à recolher	3e	36.876	29.089
Pis s/ folha de salários a recolher	3e	1.721	1.287
Impostos retidos a recolher	3e	3.081	4.557
Provisão de férias e encargos	3g	156.200	-
		<u>203.076</u>	<u>168.219</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos de longo prazo	8	60.000	-
		<u>60.000</u>	<u>-</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	9	1.060.145	953.332
Resultado do período	9	(179.630)	106.813
Ajustes de exercícios anteriores	10	48.259	-
		<u>928.774</u>	<u>1.060.145</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>1.191.850</u>	<u>1.228.364</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Demonstrações do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais-R\$)

	NO TA	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
RECEITAS PREST.SERVIÇO – ÁREA SOCIAL / BAIXA COMPLEXIDADE			
Subvenções e/ou convênios públicos p/ custeio	11	63.973	-
		<u>63.973</u>	<u>-</u>
DESPESAS OPERACIONAIS – ÁREA SOCIAL / BAIXA COMPLEXIDADE			
Despesas administrativas e operacionais	13	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
SUPERÁVIT OPERACIONAL – ÁREA SOCIAL – BAIXA COMPLEXIDADE		<u>63.973</u>	<u>-</u>
RECEITAS PREST.SERVIÇO – ÁREA SOCIAL / MÉDIA COMPLEXIDADE			
Subvenções e/ou convênios públicos p/ custeio	11	627.000	-
Doações pessoas físicas e jurídicas p/ custeio	15	849.658	-
		<u>1.476.658</u>	<u>-</u>
DESPESAS OPERACIONAIS – ÁREA SOCIAL / MÉDIA COMPLEXIDADE			
Gastos com pessoal e encargos	13	(1.285.443)	-
Outras despesas	13	(23.454)	-
Despesas com contribuições	13	(2.976)	-
		<u>(1.311.873)</u>	<u>-</u>
SUPERÁVIT OPERACIONAL – ÁREA SOCIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE		<u>164.785</u>	<u>-</u>
RECEITAS PREST.SERVIÇO – ÁREA EDUCAÇÃO			
Subvenções e/ou convênios públicos p/ custeio	11	630.000	-
Receitas sem fins lucrativos	12	-	2.601.437
		<u>630.000</u>	<u>2.601.437</u>

Praça Frei Bartolomeu, 82 - Centro - Sorocaba - SP - 18035-170

Fone (15) 3233.6945 - Fax(15) 3233.5527

E-mail: auditorindependente@hotmail.com



DESPESAS OPERACIONAIS – ÁREA EDUCAÇÃO

Despesas com programas	13	-	(2.139.219)
Despesas gerais	13	-	(123.644)
Despesas operacionais	13	-	(260.861)
Gastos com pessoal e encargos	13	(1.085.988)	-
Serviços de terceiros	13	(63.087)	-
Despesas com localização e funcionamento	13	(60.633)	-
Despesas com expediente	13	(6.746)	-
Despesas com publicidade	13	(2.644)	-
Despesas com locomoção	13	(47.732)	-
Depreciação de bens próprios	13	(29.649)	(6.230)
Despesas com comunicações	13	(21.882)	-
Despesas com seguros	13	(19.016)	-
Despesas financeiras	13	(7.035)	-
Despesas com utilização de equipamentos	13	(594)	-
Despesas com tributos	13	(6.201)	-
Despesas com contribuições	13	(18.381)	-
Ações sociais complementares	13	(1.534)	-
Outras despesas operacionais	13	(25.049)	(4.331)
		(1.396.171)	(2.534.354)

DÉFICIT OPERACIONAL – ÁREA EDUCAÇÃO

(766.171)

RECEITAS PREST.SERVIÇO – ÁREA SAÚDE

Subvenções e/ou convênios públicos p/ custeio	11	-	-
Doações pessoas físicas e jurídicas p/ custeio	15	-	-
		-	-

DESPESAS OPERACIONAIS – ÁREA SAÚDE

Gastos com pessoal e encargos	13	(106.155)	-
Outras despesas	13	(2.935)	-
Despesas com contribuições	13	(79)	-
		(109.169)	-

DÉFICIT OPERACIONAL – ÁREA SAÚDE

(109.169)

RECEITAS DAS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

Receitas financeiras	12	53.138	39.729
Créditos da nota fiscal paulista	13	59.756	-
Eventos	13	185.014	-
Outras receitas	13	87.074	-

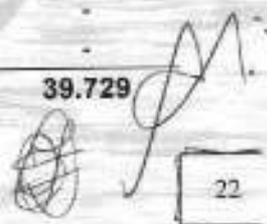
Praça Frei Berolina, 82 • Centro • Sorocaba • SP • 18035-170

Fone (15) 3233.6945 Fax(15) 3233.5527

E-mail: auditorindependente@hotmail.com

384.982

39.729



OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Isenções usufruídas	23	146.798	-
Recuperação de despesas	13	36.700	-
		<u>183.498</u>	-

DESPESAS COM ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

Eventos	13	(101.529)	-
		<u>(101.529)</u>	-

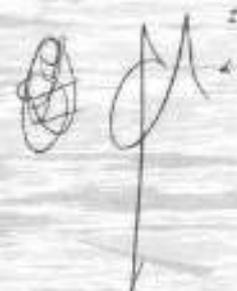
SUPERÁVIT DAS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

14	<u>466.951</u>	<u>39.729</u>
----	----------------	---------------

SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO (TODA ENTIDADE)

14	<u>(179.630)</u>	<u>106.813</u>
----	------------------	----------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais-R\$)

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>SUPERÁVITS/ DÉFICITS ACUMULADOS</u>	<u>TOTAL DO PATRIMONIO SOCIAL</u>
SALDOS EM 31/12/2012	530.802	530.832
Superávit do exercício	256.700	256.700
SALDOS EM 31/12/2013	787.502	787.502
Superávit do exercício	106.813	106.813
Ajuste de exercício anterior	165.830	165.830
SALDOS EM 31/12/2014	1.060.145	1.060.145
Déficit do Exercício	(179.630)	(179.630)
Ajuste de exercício anterior	48.259	48.259
SALDOS EM 31/12/2015	928.774	928.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rua dos Irmãos Baccusino, 802 - Centro - Sorocaba - SP - 13038-190

Fone: (15) 3233.6945 Fax: (15) 3233.5527

E-mail: auditoresindependentes@hotmail.com



APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado (superávit/déficit) do exercício	(179.630)	106.812
Depreciações e amortizações	29.649	6.300
Ajuste de exercício anterior	48.259	-
Caixa operacional antes dos movimentos de capital de giro	(101.722)	113.112
Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante		
Outros Créditos	-	(6.585)
Adiantamentos á funcionários	2.411	-
Despesas antecipadas – seguros	(2.034)	-
	377	(6.585)
Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	958	(1.835)
Empréstimos	(10.000)	-
Salários e ordenados	(59.046)	83.352
Encargos sociais	7.787	-
Pis sobre a folha de salários	434	-
Impostos retidos	(1.476)	4.557
Provisão de férias e encargos	156.200	-
	94.857	86.075
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(6.488)	192.602
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adições no imobilizado	(2.900)	(153.321)
Baixa de depreciação	(30)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(2.930)	(153.321)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(9.418)	39.281
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	518.102	478.821
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	508.684	518.102
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(9.418)	39.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Praça Frei Barão, 82 - Centro - Sorocaba - SP - 18035-170

Fone (15) 3233.6945 Fax(15) 3233.5527

E-mail: auditorindependente@hotmail.com

APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2015**

(Em reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA, fundada em 20/04/1970, é uma entidade jurídica que tem como atividade preponderante a área de Assistência Social onde defende e garante os direitos sociais do deficiente intelectual e múltiplo. Desenvolve a introdução ao mercado de trabalho de acordo com a Resolução 33, habilita e reabilita de acordo com a Resolução 34; oferece atendimento ao fortalecimento do vínculo familiar de acordo com a Resolução 109. Todos os atendimentos são totalmente gratuitos aos assistidos de 0 a 55 anos. Por conseguinte, realizam funções primárias da responsabilidade do governo, a presente empreitada social transcende as entidades civis pactuantes, guiando à irrefutável configuração de uma verdadeira parceria com o próprio Estado, do qual recebe subvenções municipais, estaduais e federais.

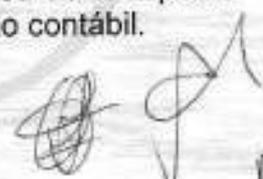
**NOTA 2 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO
1.330/11 (NBC ITG 2000)**

A APAE mantém um sistema de escrituração uniforme de seus atos e fatos administrativos, por meio de processamento eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias serão transcritas no "Diário" da APAE, e posteriormente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da APAE é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas e extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A APAE mantém em boa ordem a documentação contábil.



NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a-) Caixa e Equivalente de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/2010 (NBC-TG03)-Demonstração do Fluxo de Caixa, e Resolução do CFC nº 1.376/2011 (NBC-TG26)-Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa de depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b-) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais acrescidos dos rendimentos pró-rata até da data do balanço;

c-) Ativos Circulantes e não Circulantes – Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

d-) Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização calculadas pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração a vida útil e a sua utilização (Resolução CFC nº 1.177/2009 – NBC-TG27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do Imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

e-) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f-) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

g-) Provisão de Férias e Encargos: A APAE efetua o provisionamento das férias e encargos com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, conforme determina do Pronunciamento Técnico CPC 25.

h-) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram contabilizadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

i-) **As Receitas e Despesas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de Competência.

j-) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a **APAE** e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

k-) **Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da **APAE** use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A **APAE** revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 4 - MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Conforme determinação da Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG27), a **APAE** alterou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Este fato, conforme previsão da Resolução CFC nº 1.179/09 (NBC TG 23) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, é considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo. O valor do montante de mudança na estimativa contábil que teve efeito no período corrente é de R\$ 38.203,09, e o montante dos efeitos de períodos subsequentes não foi divulgado porque a estimativa do mesmo é impraticável.

NOTA 5 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas e material didático do exercício de 2015, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.



NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores cujo vencimento ultrapassem o exercício subsequente.

NOTA 7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos imobilizados e intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

NOTA 8 – OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (mencionar se superávit ou déficit) ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação e preço de mercado.

NOTA 10 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajuste de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela **APAE**.

NOTA 11 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS – RESOLUÇÃO CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a **APAE** presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social e as despesas de acordo com suas finalidades. A **APAE** para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

NOTA 12 – RECEITAS (Resolução CFC nº 1.187/09)

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.187/09 que aprova a NBC TG 30, as receitas (fontes de recursos) da **APAE** oriundas das atividades fins são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a **APAE**.

As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão no artigo 6º de seu Estatuto Social, e para que a **APAE** faça jus a imunidade e/ou isenção tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 29 da Lei nº 12.101/09, cumpre os requisitos abaixo:

- 1-) As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão estatutária;
- 2-) O Estatuto Social indica que os recursos (superávits) obtidos por essas receitas são revertidos (para atendimento) de suas atividades fins (objetivos sociais);
- 3-) O Demonstrativo do Superávit ou Déficit (DSDE) da **APAE** demonstrou que as atividades sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins (objetivo social).

NOTA 13 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória nº 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas/Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional".

NOTA 14 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Déficit do exercício de 2015 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 877/2000 que aprovou a NBC T 10.19 em especial no item 10.19.2.7 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.

NOTA 15 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a **APAE** recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social.

NOTA 16 – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A **APAE** é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

NOTA 17 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A **APAE** é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 18 – CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A **APAE** é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CNT, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 19 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CNT).

O artigo 14 do CNT estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social do **APAE** e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

a-) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 21, parágrafo 2º do Estatuto Social);

b-) aplicam integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais (artigo 55, parágrafo único do Estatuto Social);

c-) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 20 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **APAE** é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 11.096/06 e Lei nº 12.101/09 e Decreto nº 7.237/10.

NOTA 21 – CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO

A **APAE** é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 1º da Lei nº 12.101/09 e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumpriras situações condicionadas em Lei (contra-partida);
- existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a **APAE** é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 22 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **APAE** é uma entidade beneficente de assistência social, educação e saúde (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29º da Lei nº 12.101/09, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- * não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- * aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- * não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio sob qualquer forma ou pretexto;
- * atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- * tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;
- * consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei nº 8.742/93 (LOAS) e Decreto nº 6.308/07.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- * possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;
- * mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação da gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- * conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificações da situação patrimonial;
- * cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- * elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 23 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.



CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre a folha de salários e serviços autônomos e individuais:
- RAT/SAT 1,28%
- TERCEIROS 5,8%
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas
- COFINS 3%
- CSLL – Contribuição social de 9% sobre o lucro líquido
- Imposto de Renda – 15%

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FNS DE CEBAS

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela **APAE** são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por elas, regulamentada.

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social.

NOTA 25 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A **APAE** no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social; os objetivos do mesmo; origem dos recursos; infra-estrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 6.308/07); público-alvo; capacidade de atendimento; recurso financeiro utilizado; recursos humanos envolvidos; abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

NOTA 25 – TIPIFICAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTÊNCIAIS, CUSTOS ENVOLVIDOS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A **APAE** em atendimento a Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07 tipificou suas atividades de assistência social conforme exposto na Demonstração de Superávit do Exercício.

GERSON MACHULIS JUNIOR
PRESIDENTE
RG. 15.501.896-6
CPF: 042.412.308-81

DELTA CONTABILIDADE
CNPJ: 10.814.477/0001-64
SILVIA JANAINA MORAL
CRC1SP250727/O-0



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

1) Índice de Liquidez Corrente

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo.

Portanto, quanto maior for o índice, melhor é a situação da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 1,71 e 2,00: Excelente.
- b) Entre 1,41 e 1,70: Adequado.
- c) Entre 1,11 e 1,40: Baixo.
- d) Entre 0,80 e 1,10: Péssima.

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
2,62	5,64

ATIVO CIRCULANTE
PASSIVO CIRCULANTE

2) Índice de Liquidez Seca

Objetivo

Medir a capacidade da entidade de pagamento das dívidas na hipótese extrema de não conseguir vender o seu estoque. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 2,01 e 2,80: Excelente.
- b) Entre 1,41 e 2,00: Boa.
- c) Entre 1,01 e 1,40: Normal.
- d) Entre 0,60 e 1,00: Baixa.

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
2,50	5,38

DISPONIBILIDADES
PASSIVO CIRCULANTE

APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

3) Índice de Liquidez Geral

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar suas dívidas a curto e longo prazos com recursos disponíveis em seu ativo circulante e longo prazo. Mede também a habilidade de pagar. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 1,61 e 1,80: Excelente (e ideal para iniciar um plano de expansão da entidade).
- b) Entre 1,31 e 1,60: Adequada.
- c) Entre 1,11 e 1,30: Baixa (mas adequada após um plano de expansão).
- d) Entre 0,81 e 1,10: Perigosa.
- e) Entre 0,60 e 0,80: Péssima

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
2,02	3,22

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REAL. L. PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIG. L. PRAZO}}$$

4) Índice de Liquidez Imediata

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em pagar suas dívidas com os recursos que são líquidos e certos, ou seja, dinheiro em caixa. Quanto maior for, melhor será a liquidez da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 0,21 e 0,26: Excelente.
- b) Entre 0,17 e 0,20: Boa.
- c) Entre 0,07 e 0,16: Normal.
- d) Entre 0,01 e 0,06: Baixa.

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
2,50	5,38

$$\frac{\text{DISPONIBILIDADES IMEDIATAS}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

5) Índice de Margem de Garantia

Objetivo

Avaliar se os ativos da entidade são suficientes para saldar os compromissos financeiros da empresa, na hipótese de liquidação total da mesma. Quanto maior, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 101 e 130%: Elevada.
- b) Entre 61 e 100%: Normal.
- c) Entre 10 e 60%: Mínima.

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
453%	730%

$$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL LONGO PRAZO}}$$

ENDIVIDAMENTO

1) Índice de Endividamento a Curto Prazo

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo. Portanto, quanto maior for o índice, pior é a situação da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 46 e 60%: Elevado.
- b) Entre 25 e 45%: Normal.
- c) Abaixo de 25%: Baixo.

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
17%	8%

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

3) Índice de Endividamento Geral

Objetivo

Avaliar se a entidade está operando com dívidas de terceiros em demasia, bem como o nível de risco do negócio. Quanto maior o endividamento geral, maior o risco.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 71 e 100%: Elevado.
- b) Entre 51 e 70%: Normal.
- c) Entre 31 e 50%: Nível de Endividamento abaixo da média.
- d) Entre 0 e 30%: Nível de Endividamento baixo (que pode significar uma administração pouco dinâmica).

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
22%	14%

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL LONGO PRAZO
ATIVO TOTAL

4) Índice de Capitalização

Objetivo

Avaliar se a entidade possui recursos próprios suficientes para sua segurança financeira. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Acima de 71%: Nível excelente de capitalização.
- b) Entre 51 e 70%: Bom.
- c) Entre 30 e 50%: Regular.
- d) Abaixo de 30%: Nível baixo de capitalização.

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
78%	86%

PATRIMÔNIO SOCIAL
ATIVO TOTAL





APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

5) Índice de Investimentos do Patrimônio Social

Objetivo

Indica o volume de recursos do Patrimônio Social que estão aplicados no Ativo Permanente.

Índice da Entidade	
31/12/2015	31/12/2014
71%	65%

ATIVO PERMANENTE
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

OBSERVAÇÕES: Lembramos que os parâmetros de avaliação, são meramente didáticos, e podem estar fora da realidade do mercado brasileiro, principalmente quando devem ser comparados com os índices de cada setor específico da economia nacional.

APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

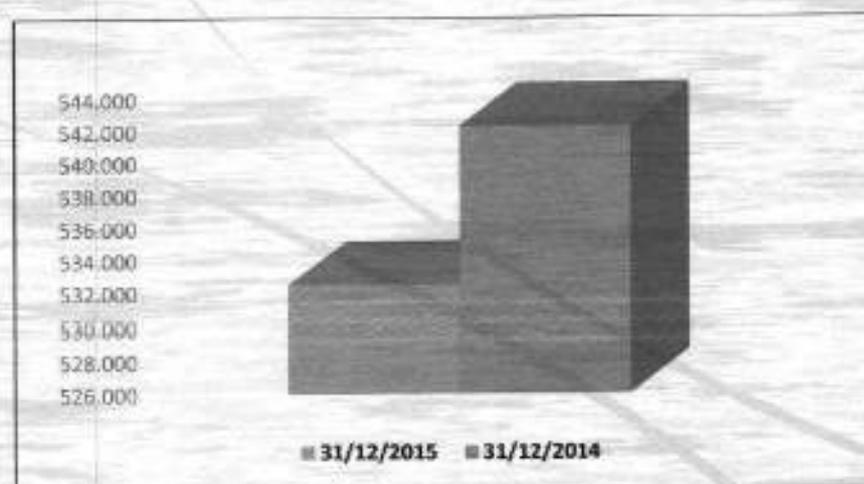
CNPJ nº 71.869.358/0001-01

ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2015

Comparativo: 31/12/2014

EVOLUÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE



Valores em Reais	
31/12/2015	31/12/2014
532.455	542.250

EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES IMEDIATAS



Valores em Reais	
31/12/2015	31/12/2014
508.684	518.102



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

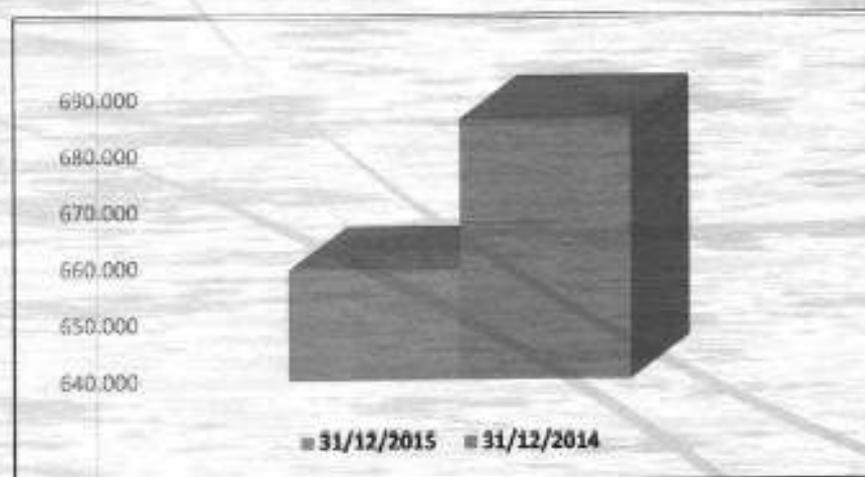
CNPJ nº 71.869.358/0001-01

ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2015

Comparativo: 31/12/2014

EVOLUÇÃO DO ATIVO PERMANENTE



Valores em Reais	
31/12/2015	31/12/2014
659.395	686.114

EVOLUÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE



Valores em Reais	
31/12/2015	31/12/2014
203.076	96.220



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

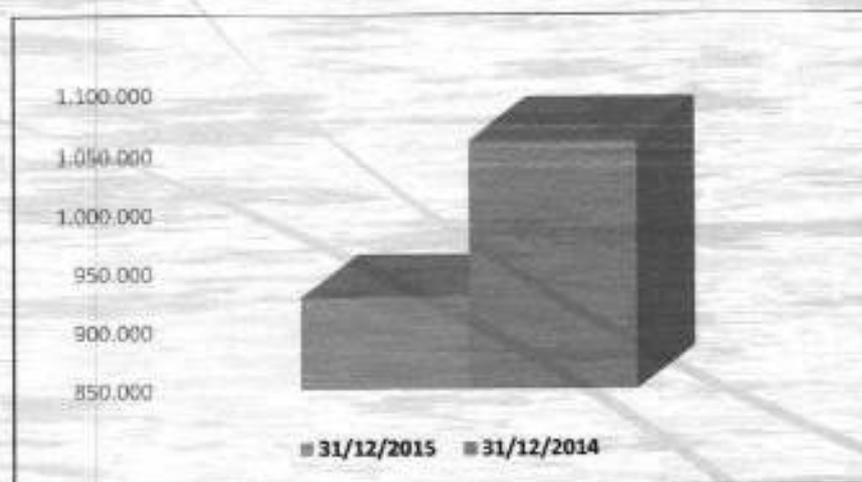
CNPJ nº 71.869.358/0001-01

ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Periodo Base: 31/12/2015

Comparativo: 31/12/2014

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL



Valores em Reais	
31/12/2015	31/12/2014
928.774	1.060.145

COMPARATIVO DO RESULTADO OPERACIONAL



Valores em Reais		
	31/12/2015	31/12/2014
Recitas	2.799.111	2.601.487
Despesas	2.918.741	2.494.624



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

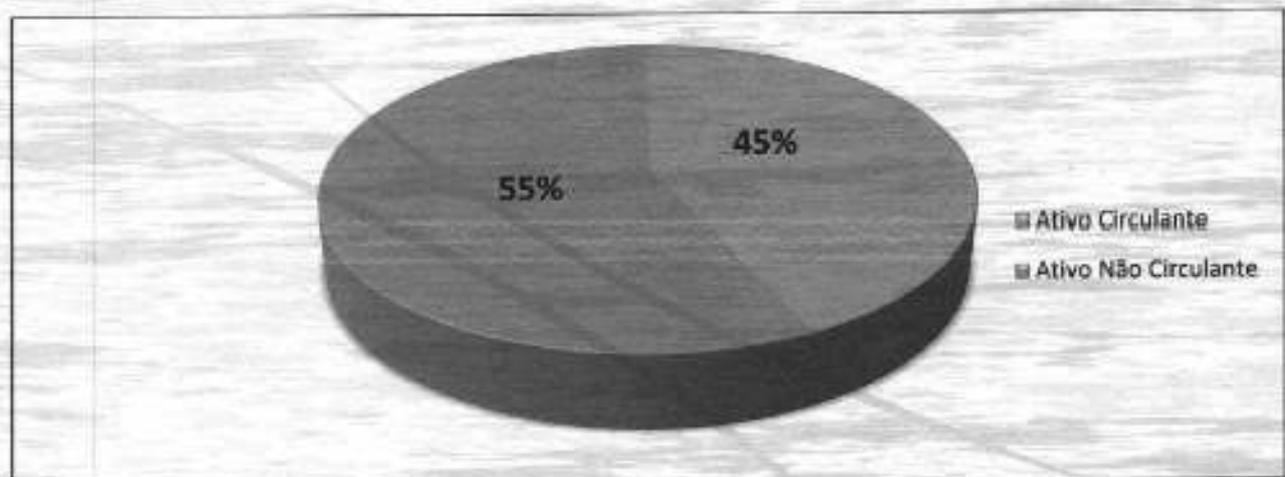
ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2015

Comparativo: 31/12/2014

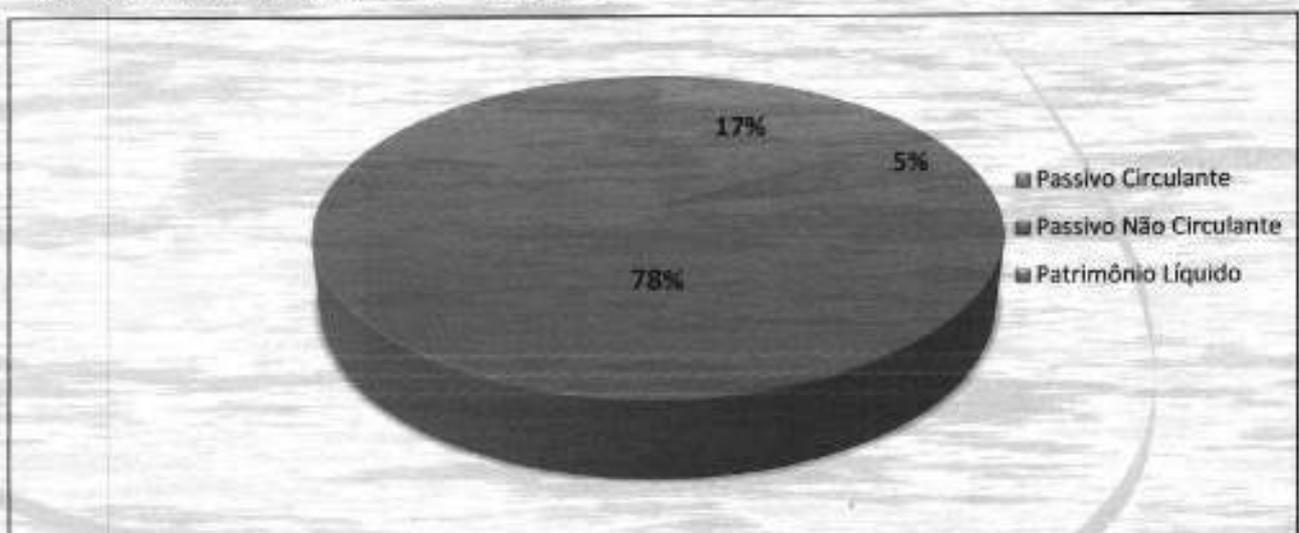
PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DO ATIVO (%)

Total do Ativo em R\$ (100%) = **1.191.850**



PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DO PASSIVO (%)

Total do Passivo em R\$ (100%) = **1.191.850**





CVM Comissão de Valores Mobiliários

Protegendo quem investe no futuro do Brasil

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 7. 522 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2003

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 3 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara **REGISTRADO** na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 01/12/2003 e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Física

ANTONIO CARLOS RUBINATO

Sorocaba - SP



Antônio Carlos de Santana
SUPERINTENDENTE DE NORMAS CONTÁBEIS
E DE AUDITORIA



PUBLICADO NO D.O.U.
09/12/03 - SEÇÃO 1, PÁG. 29